



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



PARECER JURÍDICO

PROCESSO LEGISLATIVO N° PR 02/2024

Trata-se de projeto de resolução que visa acrescentar os §§ 5º e 6º ao artigo 1º da Resolução n.º 165, de 25 de setembro de 2009, que institui na Câmara Municipal de Montenegro, quota básica mensal de custeio de materiais e serviços para os gabinetes dos Senhores Vereadores e dá outras providências, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º. ...

...

§ 5º Quando as viagens dos Vereadores ocorrerem para fora do Estado, as despesas com passagens aéreas de seus respectivos assessores parlamentares serão custeadas nos termos desta Resolução, sendo descontadas da quota a que se refere o inciso II, § 3º, do artigo 1º.

§ 6º As despesas para participação de cursos, congressos, seminários e outros eventos de interesse público, disciplinadas por esta Resolução, corresponderão ao limite de 500 URMs (quinhentas Unidades de Referência Municipal), por ano.” (NR)

O projeto tem a seguinte justificativa:

“Apresentamos o presente Projeto de Resolução visa acrescentar os §§ 5º e 6º ao artigo 1º da Resolução n.º 165, de 25 de setembro de 2009, que institui na Câmara Municipal de Montenegro, quota básica mensal de custeio de materiais e serviços para os gabinetes dos Senhores Vereadores e dá outras providências.

A alteração tem por finalidade permitir que os assessores parlamentares possam acompanhar seus vereadores e vereadoras quando estiverem em viagens para fora do Estado em função das atividades inerentes ao seu mandato parlamentar. Uma das atribuições do cargo de Assessor Parlamentar é justamente a de representar o Vereador, por determinação deste, em reuniões e eventos dentro ou fora do ambiente da Câmara, auxiliar na organização de reuniões e eventos de interesse do Vereador bem como realizar visitas a pessoas ou repartições públicas e privadas. Ocorre que, com a atual redação da Resolução que institui as cotas, há um impedimento jurídico para que a Câmara custeie as passagens aéreas para o assessor parlamentar, o que prejudica a atuação parlamentar e política dos vereadores e vereadoras desta Casa. A mudança proposta tornará possível que a Câmara custeie as passagens aéreas de ambas, saindo da mesma cota a que o parlamentar tem direito. Dessa maneira, não haverá aumento de gastos ou elevação do valor estipulado como limite para pagamento de passagens aéreas por parte deste Poder Legislativo.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes**



A outra mudança tem por objetivo estabelecer um limite de gastos desta Câmara Municipal para custear as despesas para participação de cursos, congressos, seminários e outros eventos de interesse público. É fundamental para uma boa atuação parlamentar, com o exercício eficaz das competências e atribuições do cargo, de modo que elas se convertem em efetivação do bem público, que os parlamentares tenham uma formação contínua. Contudo, visando a efetivação do princípio da moralidade, é importante que se estabeleça um limite para o financiamento público com o custeio dessa formação.”

Relatei.

O projeto trata de assunto de interesse local (art. 30, inciso I, da Constituição Federal), razão pela qual está na esfera de competência legislativa do Município.

A iniciativa do projeto é privativa do Legislativo (art. 15, inciso II, da Lei Orgânica), tendo em vista que dispõe matéria regimental.

A espécie normativa eleita (resolução) é adequada, na medida em que normatiza atividades da Câmara de Vereadores, com efeitos *interna corporis*.

Diante disso, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto.

Montenegro/RS, 11 de abril de 2025.

Adriano Bergamo - OAB/RS 65.961
Consultor Jurídico